

ILMA. SENHORA PREGOEIRA da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E  
SANEAMENTO - CASAN

**EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA  
PREGÃO Nº 197/2017**

**ECO SYSTEM - Preservação do Meio Ambiente Ltda.** empresa regularmente constituída, inscrita no CNPJ/MF n. 02.067.846/0001-74, com endereço comercial a Rua Dom Pedro I, 458, Jardim Brasil, na cidade de Campinas/SP, CEP 13073-003, Telefone (19) 3256-6173, vem, respeitosamente à presença de V. Sa., nos termos do artigo 109, alínea "a", da Lei de Licitações, e art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/02 e Decreto 5.450/05 e demais legislações que tratam da matéria, tempestivamente, apresentar **RECURSO** contra r. decisão que habilitou a licitante BIOAGRI AMBIENTAL LTDA, pelos motivos de fato e fundamentos de Direito que passa a expor:

*Handwritten signature*

## I - PRELIMINARMENTE

Inicialmente, forçoso é reconhecer e aplaudir a existência do direito de defesa também nos processos licitatórios.

Previsto no art. 5º, XXXIV, o *Right of Petition* pode ser definido como o direito que pertence a uma pessoa de invocar a atenção dos poderes públicos, independentemente do pagamento de taxas, em defesa de direitos. Constitui, pois, uma prerrogativa democrática, cujo exercício está, necessariamente, vinculado à comprovação da existência de qualquer lesão a interesses próprios do peticionário.

É um direito assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, nacional ou estrangeiro contra atos ilegais ou abusivos de quaisquer dos Poderes, inclusive do Ministério Público.

No entender de M. Zanella Di Pietro, o direito de petição é apontado como um dos fundamentos constitucionais dos recursos administrativos. Escreve a renomada autora, *verbis*:

*"Dentro do direito de petição estão agasalhados inúmeras modalidades de recursos administrativos (...). É o caso da representação, da reclamação administrativa, do pedido de reconsideração, dos recursos hierárquicos próprios e impróprios da revisão." Direito Administrativo, 12ª. ed., pág. 579).*

Na lição de Diógenes Gasparini, o direito de petição aparece como um instrumento que propicia à Administração Pública, no sentido objetivo, o reexame de suas próprias decisões e atividades.

Os recursos administrativos, entretanto, enquanto concernentes à autotutela administrativa, são alvo do princípio da pluralidade de instâncias, segundo o qual é permitido à Administração Pública a revisão de seus próprios atos, quando ilegais, inconvenientes ou inoportunos. Nesse diapasão, há o entendimento da Suprema Corte, *verbis*:

*Súmula 346. "(...) a administração pode declarar nulidade de seus próprios atos"*

*Súmula 473. "(...) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."*

Assim, visando a controlar o certame promovido pela Administração Pública ou de quem lhe faça às vezes, conferindo a igualdade, legalidade, impessoalidade, moralidade, julgamento objetivo, probidade, publicidade devidos.

*Handwritten signature*



Esses controles, verdadeiros meios de proporcionar o resultado justo e lícito, no entender de Diógenes Gasparini, *verbis*:

*"(...) viabilizam-se pelos recursos administrativos, isto é, os interpostos no âmbito da entidade responsável pelo ato, decisão ou comportamento impugnado, e mediante ações judiciais, ou seja, as impetradas na esfera judicial contra atos, comportamentos e decisões em razão da ilegalidade que encerram." (Direito Administrativo, 4a ed., pág. 365).*

## II – DO EFEITO SUSPENSIVO

Nos termos do artigo 109, §2, da Lei n. 8.666/93, a Recorrente requer a esta Autoridade Administrativa seja conferido ao presente recurso o EFEITO SUSPENSIVO uma vez que o acolhimento do presente recurso acarretará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento e poderá ocasionar vício insanável para o presente processo.

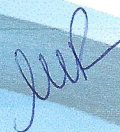
Neste sentido REQUER seja atribuído o efeito suspensivo para o normal processamento deste Recurso visto que restará demonstrado o equívoco praticado no que tange a habilitação da licitante declarada vencedora do certame.

## III - DOS FATOS

A manifestação e motivação da intenção em recorrer foram registradas pela recorrente do Pregão em referência e registrada no respectivo Sistema conforme art. 26, do Decreto nº 5.450/2005.

A Recorrente é uma empresa séria, que, buscando uma participação impecável no certame, preparou sua documentação e propostas em conformidade com as exigências do edital, provando sua plena qualificação para esse certame, conforme exigido pelo edital.

Em 19/01/2018 foi realizado o Pregão em epígrafe, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS LABORATORIAIS PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES DAS SUBSTÂNCIAS ORGÂNICAS, AGROTÓXICOS, PRODUTOS SECUNDÁRIOS DA DESINFECÇÃO E METAIS, QUE CONSTAM NAS TABELAS DO



ANEXO VII E X DA PORTARIA 2914/11 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E NAS TABELAS I E II - CLASSE 1 - ÁGUAS DOCES DA PORTARIA CONAMA 357 de acordo com as especificações contidas nos ANEXOS I e II do referido Edital.

Aberta a sessão, foram credenciadas as empresas licitantes: ECO SYSTEM Preserv. do Meio Ambiente Ltda., CTQ Analises Químicas e Ambientais S/S Ltda., AMBIENTAL Tecnol. Consultoria Ltda. e BIOAGRI Ambiental Ltda.

Iniciados os trabalhos do pregão, deu-se a disputa de lances. Após encerrada a etapa de lances, e respeitada a ordem de classificação, deu-se abertura da fase de envio e análise dos documentos de habilitação/qualificação técnica, com a ofertante da menor proposta a empresa Bioagri Ambiental Ltda.

Decorridos 18 dias, foi enviado parecer da CASAN informando que a documentação de qualificação técnica da empresa Bioagri Ambiental Ltda. foi cumprida.

A referida decisão, data máxima vênua, não merece prosperar. Em que pese o habitual saber técnico-jurídico dos ilustres membros desta DD. Comissão, na verdade, laboraram em equívocos, na exegese das cláusulas editalícias, que eivam a decisão, ora recorrida, de irregularidades, com total infringência aos princípios constitucionais básicos, o da vinculação ao instrumento convocatório, da razoabilidade, da economicidade, do julgamento objetivo, a isonomia e a indisponibilidade do interesse público.

Dentre estes princípios, destaca-se, inicialmente, o da vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e principalmente para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

No processo licitatório em epígrafe verificou-se que o Princípio da Vinculação ao Edital não foi cumprido, uma vez que a empresa Bioagri Ambiental Ltda. fora habilitada como vencedora mesmo que não tenha atendido as regras estabelecidas no edital no **item 7.3.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e no item 9 do Anexo II do Termo de Referência.**

Assim, vejamos o que diz os referidos itens do edital:

### 7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**7.3.1.** As participantes deverão apresentar **Atestado(s) de Fornecimento** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando já ter fornecido no mínimo **300 amostras para o Lote 01 e 90 amostras para o Lote 02**, pertinente e compatível com as **Especificações Técnicas** descritas no



**ANEXO II.** O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, contendo preferencialmente as seguintes informações:

- a) O cumprimento do prazo de Execução dos Serviços.
- b) O quantitativo Executado.
- c) A especificação técnica detalhada do Serviço.

A empresa Bioagri Ambiental Ltda. não apresentou em nenhum dos seus atestados a especificação técnica detalhada e não comprovou já ter executado 300 amostras para o Lote 01 e 90 amostras para o Lote 02, ou seja, no mínimo 30% de cada item dos Lotes licitados.

Da mesma forma quanto ao cumprimento da exigência constante no **item 9**, abaixo transcrito, do ANEXO II Termo de Referência do referido edital, onde está descrita a especificação técnica das amostras, devendo o serviço a ser prestado atender a estas especificações, mas em nenhum dos referidos atestados apresentados pela licitante Bioagri Ambiental foi comprovado que o fornecimento seria pertinente e compatível com as respectivas especificações técnicas.

#### 9 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá ser Acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO (ABNT NBR ISO/IEC 17.025), e possuir 100% de acreditação das análises e amostragem nos parâmetros elencados neste edital.

Os resultados analíticos devem ser apresentados conforme Norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025, para tal devem conter a assinatura de profissional habilitado, com registro no órgão de classe e incluir ainda, limites de detecção/ quantificação dos equipamentos e metodologia de cada um dos parâmetros analisados, além dos dados da cadeia de custódia completa e ficha de coleta, contendo as datas de coleta, recebimento e análise do laboratório, temperatura de chegada ao laboratório, a especificação dos procedimentos de coleta e reagentes de preservação das amostras, bem como os resultados com os limites permitidos pela legislação e cópia da anotação de responsabilidade técnica, conforme consta na ABNT NBR 9897 e 9898.

À vista do exposto e a fim de comprovar todas as irregularidades identificadas nos referidos atestados, anexamos a este recurso uma planilha com a análise e comparativo dos atestados apresentados pela empresa Bioagri considerando as exigências editalícias não atendidas. **(Anexo I)**

Os demais documentos que se referem ao escopo de acreditação da empresa Bioagri Ambiental Ltda., nota-se que em pesquisa realizada no site do Inmetro que a última versão do referido escopo tem 66 páginas e sua validade/versão está datada de 15/12/2017.

Mas observa-se que a Bioagri Ambiental Ltda. apresentou neste certame um escopo datado de 25/05/2016, com 51 páginas.

Ou seja, apresentou um escopo que não está mais válido? Por qual motivo? A equipe técnica da CASAN tomou conhecimento deste fato?

Portanto, fica claro que a empresa Bioagri Ambiental Ltda. deveria ter sido considerada inabilitada no processo licitatório em questão.

Forçoso é perceber ainda que, esta Administração, na pessoa da ilustre pregoeira, cometeu total equívoco, quando analisou a documentação técnica da empresa Bioagri Ambiental Ltda. não utilizou o mesmo critério de avaliação de documentos do recente Pregão n. 178/2017. Neste pregão a ora Recorrente fora inabilitada por este órgão licitante justamente *porque não atendeu integralmente a todos os quesitos listados conforme o exigido pelo edital referente ao Pregão Eletrônico Nº 178/2017. (Anexo II QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PE Nº 178/2017)*

Segue abaixo a transcrição de alguns dos tópicos da análise da Comissão de Licitação desta Administração no pregão n. 178/2017:

*" No atestado de serviços contratados **não menciona serviços de análises referentes a Resolução CONAMA nº 396/08 e a RESOLUÇÃO CERH Nº 03/14**, objeto do Pregão Eletrônico Nº 178/2017.*

*No atestado de serviços contratados **não foi referenciado análises de parâmetros da RESOLUÇÃO CERH Nº 03/14**, objeto do item II do Pregão Eletrônico Nº 178/2017;*

*No atestado de serviços contratados **não menciona serviços de análises referentes a Resolução CONAMA nº 396/08 e a RESOLUÇÃO CERH-1 Nº 03/14**, objeto do Pregão Eletrônico Nº 178/2017. Além disto, o atestado de capacidade técnica tem uma **inconstância** de informações com a certidão de comprovação de aptidão técnica do conselho Regional de química - IV Região do Estado de São Paulo no que se refere ao período da atividade, **08/12/2011 a 22/08/2012**;*

*De acordo com os atestados de capacidade técnica apresentados pela Empresa Eco System Preservação do Meio Ambiente Ltda. e listados acima, a empresa **não atende ao sub-item 7.3.1** comprovando já ter fornecido no mínimo **300 amostras do item I do ANEXO I e 150 amostras do item II do ANEXO II**, pertinente e compatível com as Especificações Técnicas descritas no ANEXO II. Somente em 2 dentre os 5 atestados ele capacidade técnica de serviços concluídos apresentados no referido certame foram referentes a RESOLUÇÃO CONAMA 396/08 e um deles também contemplou a RESOLUÇÃO CERH Nº 03/14, ambas resoluções alvo do Pregão Eletrônico Nº 178/2017.*

*Dentre os atestados elegíveis, a empresa **não foi capaz de comprovar a exigência do item 7.3.1** em relação ao quantitativo de análises já executadas do edital do Pregão Eletrônico Nº 178/2017."*



Verifica-se através da simples leitura destes itens que não paira dúvidas, da utilização por parte desta Administração, do critério de dois pesos e duas medidas, iniciando a quebra do princípio da igualdade entre os licitantes, deixando inclusive em dúvida o critério utilizado para análise das propostas das licitantes.

Todos os regramentos jurídicos referentes à matéria não permitem que haja tal julgamento distinto, fazendo com que um mesmo descumprimento tenha dois pesos e duas medidas para licitantes diferentes. Portanto, ao persistir a habilitação da empresa Bioagri Ambiental Ltda. estariam sendo infringidos vários preceitos licitatórios, tais como o da Vinculação ao instrumento convocatório, o da legalidade, o da isonomia, dentre outros.

*Ora, situações semelhantes requerem por parte da Comissão, medidas semelhantes. É inadmissível que se prejudique os demais licitantes. Não é de se esperar que a Comissão empregue uma medida punitiva a um licitante, em supedâneo ao preceito legal e, em outra sessão, deixe de fazê-lo a outro que, não ficou comprovado, se atendeu in totum o edital.*

Desta forma a empresa Bioagri Ambiental Ltda. deve ser inabilitada, não devendo a Administração ignorar tais irregularidades sob pena de também estar incorrendo em irregularidade, infringindo o princípio da segurança jurídica, da vinculação ao instrumento convocatório e, sobretudo, da isonomia que devem ser observados em primazia das decisões administrativas.

#### IV - DO DIREITO

Em sendo lei, o Edital e seus termos e anexos atrelam tanto as empresas concorrentes, que tem conhecimento de todas as condições do certame, quanto a Administração que estará estritamente subordinada a seus próprios atos. Nada podendo ser exigido, aceito ou permitido além ou aquém de suas cláusulas e condições. Uma vez que a Administração e as concorrentes têm ciência de todos os requisitos do edital, minimizada estará à existência de surpresas durante o seu julgamento que tem que ser claro e objetivo. Com a Desvinculação ao edital, surge a vulnerabilidade do licitante que fica à mercê de qualquer modificação que se faça no julgamento.